DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE AVAÍ

Conforme Lei Municipal nº 2.198, de 08 de maio de 2017

www.avai.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

SUMÁRIO

PODER LEGISLATIVO DE AVAÍ	2
Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal	2
Relatório de Gestão Fiscal	2
Audiência Pública	4

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Avaí, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Avaí poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.avai.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Avaí
CNPJ 46.137.436/0001-28
PC Major Gasparino de Quadros, 460
Telefone: (14) 3287 1134
Site: www.avai.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/avai

Câmara Municipal de Avaí
CNPJ 66.493.958/0001-70
PC Major Gasparino de Quadros, 251
Telefone: (14) 3287-1245
Site: www.camaraavai.sp.gov.br

CAMARA MUNICIPAL DE AVAI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAI/2020 A ABR/2021

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021		
Venctos.e Vantagens Fixas - Pessoal ativo	47.614,52	65.812,80	44.370,97	44.370,97	44.370,97	44.444,94	44.444,94	65.960,67	47.511,77	46.235,42	46.348,53	47.041,41	588.527,91	0,00
Contratação Temporária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terceirização de Mão-de-Obra (art.18, pár.1º da L.R.F.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Agentes Políticos	22.768,97	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	23.745,08	283.964,85	0,00
Encargos Sociais	14.780,52	14.304,35	14.304,25	14.304,45	14.304,35	14.319,89	13.611,36	24.049,49	14.963,92	14.695,89	14.719,64	14.865,14	183.223,25	0,00
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Assistênciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas e Obrigações (variáveis)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exerc.Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (I)	85.164,01	103.862,23	82.420,30	82.420,50	82.420,40	82.509,91	81.801,38	113.755,24	86.220,77	84.676,39	84.813,25	85.651,63	1.055.716,01	0,00
Indenização por demissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo à demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO (III) = (I - II)	85.164,01	103.862,23	82.420,30	82.420,50	82.420,40	82.509,91	81.801,38	113.755,24	86.220,77	84.676,39	84.813,25	85.651,63	1.055.716,01	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.698.613,22	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.055.716,01	4,27
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.481.916,79	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.407.820,95	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.333.725,11	5,40

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

NILSON PEREIRA DA SILVA	NEIDE DE SOUZA FERREIRA	DANILO CEZAR DE FREITAS TIEPPO
CONTADOR CRC 1SP172789/O-6	RESPONSAVEL CONTROLE INTERNO	PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL AVAI

CAMARA MUNICIPAL DE AVAI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2021 A ABRIL/2021

LRF, art. 48 – Anexo 6 — R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	24.698.613,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	24.698.613,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	24.698.613,22

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.055.716,01	4,27
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.481.916,79	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.407.820,95	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.333.725,11	5,40

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

NILSON PEREIRA DA SILVA	NEIDE DE SOUZA FERREIRA	DANILO CEZAR DE FREITAS TIEPPO
CONTADOR CRC 1SP172789/O-6	RESPONSAVEL CONTROLE INTERNO	PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL AVAI

Audiência Pública

CÂMARA MUNICIPAL DE AVAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 66.493.958/0001-70
PÇA MAJOR GASP. DE QUADROS,251 –Avaí – CEP 16.680.000 Fone (14)-3287-1245
e-mail: camara@camaraavai.sp.gov.br site:www.camarasavai.sp.gov.br

COMUNICADO

AUDIÊNCIA PUBLICA PARA APROVAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA EXERCÍCIO DE 2022

CONSIDERANDO a existência de pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde - OMS;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID -19), com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID -19);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020, nos termos do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e da quarentena declarada pelo Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a alta escalabilidade viral do coronavírus (COVID -19);

CONSIDERANDO que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território;

CÂMARA MUNICIPAL DE AVAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 66.493.958/0001-70
PÇA MAJOR GASP. DE QUADROS,251 –Avaí – CEP 16.680.000 Fone (14)-3287-1245
e-mail: camara@camaraavai.sp.gov.br site:www.camarasavai.sp.gov.br

COMUNICAMOS, que excepcionalmente e pelos motivos acima, não será realizada audiência pública presenciais na fase de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2022.

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) é anterior à Lei Orçamentária Anual, definindo as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo Município. Segundo a Constituição Federal, em seu Art. 35, § 2º, Inciso II, o projeto de lei da LDO deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até o dia 30 de abril de cada ano e o Pode Legislativo deverá aprovar até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa

Assim, as audiências públicas que antes eram realizadas presencialmente, reuniam servidores públicos e eram abertas à participação da população, serão substituídas pelo envio das sugestões ou pela solicitação de informações através do e-mail: camara@camaraavai.sp.gov.br e acessando o site na Câmara Municipal de Avaí www.camaraavai.sp.gov.br link Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2022, faça seu cadastro (obrigatório) e envie sua opinião sobre o que considera ser mais importante para cidade, esta sugestões serão utilizadas para na elaboração do Plano Plurianual 2022 a 2025 e elaboração de Lei Orçamentária Anual exercício 2022.

Qualquer pessoa pode enviar as sugestões ou solicitar informações por aquele canal até o 21/06/2021. A participação da população vai auxiliar a Câmara a identificar quais as áreas prioritárias e possibilitar a melhoria constante dos investimentos, proporcionando maior efetividade à gestão pública.

Acesse nosso site www.camaraavai.sp.gov.br, portal da transparência, Planejamento Orçamentário, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias exercício 2022, Comunicado Audiência Pública LDO 2022 na integra.

As audiências públicas presenciais, neste momento substituída pelo meio de comunicação eletrônico e on-line, funcionam como instrumentos de consulta e participação popular, sem caráter deliberativo, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Transparência.

Assinado no Original
DANILO CEZAR DE FREITAS TIEPPO
PRESIDENTE